



EMENDA MODIFICATIVA Nº 02/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 03/2025 – LOA 2025

**DISPÕE SOBRE EMENDA MODIFICATIVA
AO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº
03/2025, O QUAL ESTIMA A RECEITA E
FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE
AURORA, PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2025.**

Os vereadores abaixo assinados, membros integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos, usando de suas atribuições legais, propõem a seguinte EMENDA MODIFICATIVA, a saber:

Art. 1º - Remanejar valores de elementos de despesa constante Anexo do Projeto de Lei do Executivo nº 03/2025, passando a ter a seguinte redação:

Código

Órgão: 01 Câmara Municipal

Unidade Orçamentária: 01 Câmara Municipal

3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.490.000,00
	1.500.0000.00 - Recursos não vinculados de Impostos Fiscal	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	233.000,00
	1.500.0000.00 - Recursos não vinculados de Impostos Fiscal	
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	421.438,69
	1.500.0000.00 - Recursos não vinculados de Impostos	

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2025.

JOSÉ ADERLÂNIO MACEDO

Presidente

ANTÔNIO WILTON DOS SANTOS

Relator

JOÃO CARNEIRO DE AQUINO

Membro



JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa é necessária para aprimorar e garantir o sistema de fiscalização contábil e financeira pelo Legislativo. E, muito embora, seja um Projeto de iniciativa exclusiva do Executivo, a emenda encontra amparo nos artigos 166 c/c 63 da Constituição Federal, até porque estamos tratando de orçamento do Executivo para exercício financeiro 2025.

Em outros dizeres o poder de emenda está previsto na Constituição nos artigos 63 c/c 166, §3º, podendo a Lei Orgânica dispor sobre o poder de emenda da Câmara de Vereadores nos moldes da Constituição, decorrente do exercício da atividade legiferante, intrínseca ao Poder Legislativo.

Contudo, a Constituição impõe limites e restrições ao poder de emenda nas leis orçamentárias pelo Legislativo, ou seja, desde que não provoque aumento de despesas, e no caso, não há óbice, pois, não tem impacto efetivo de aumento de despesa do orçamento do Poder Executivo.

O Supremo Tribunal Federal na ADI nº 973- 7/AP destacou que “o poder de emendar – que não constitui derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis – qualifica-se como prerrogativa deferida aos parlamentares, que se sujeitam, no entanto, quanto ao seu exercício, às restrições impostas pela Constituição Federal.

Pelo presente e diante do exposto, pede apoio dos nobres pares nesta Emenda.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2025.


JOSÉ ADERLÂNIO MACEDO
Presidente


ANTÔNIO WILTON DOS SANTOS
Relator


JOÃO CARNEIRO DE AQUINO
Membro